



CENTRO UNIVERSITARIO UNIFACIG

**ATUAÇÃO DE CUIDADORES EM SALAS REGULARES:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Nayara Costa Silva

**Manhuaçu
2021**

NAYARA COSTA SILVA

**ATUAÇÃO DE CUIDADORES EM SALAS REGULARES:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Superior de Pedagogia do Centro Universitário UNIFACIG, como requisito parcial à obtenção do título de pedagogo.

Área de Concentração: Educação Especial
Orientador (a): Paulo Vinícius Silva de Santana

**Manhuaçu
2021**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar a atuação do cuidador escolar em salas regulares acompanhando o aluno com deficiência. Para tanto, buscou-se através de uma pesquisa de campo de abordagem quantitativa e qualitativa e por revisões bibliográficas identificar qual é o perfil desse profissional, as dificuldades e as possibilidades de seu trabalho. Foi aplicado um questionário online para cuidadores que atuam nos Centros Infantis e escolas de Ensino Fundamental Anos Iniciais no município de Lúna, ES. O estudo foi desenvolvido com a colaboração de 18 cuidadores, que responderam à pesquisa voluntariamente, posteriormente suas respostas foram analisadas e organizadas em gráficos e quadros. Os resultados da pesquisa mostraram que as maiores dificuldades na inclusão dos alunos especiais de acordo são a dificuldade de motivar o aluno, falta de materiais adaptados, falta de apoio familiar e de apoio pedagógico. Quanto às possibilidades se destacaram o uso do lúdico, de jogos e brincadeiras, materiais concretos e sensoriais e atividades adaptadas às limitações do aluno.

Palavras-chave: Educação Especial. Cuidador. Profissional de apoio.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. DESENVOLVIMENTO	6
2.1. REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.2. METODOLOGIA.....	11
2.3.DISSCUSSÕES DE RESULTADOS.....	12
3. CONCLUSÃO.....	20
4. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	20

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades especiais em salas regulares é um grande desafio, ainda mais quando o professor precisa dividir sua atenção com uma turma grande, com muitas discrepâncias e ainda atender a criança que possui alguma deficiência ou dificuldade de aprendizagem.

A temática de escola inclusiva vem cada vez mais tomando espaço nas discussões acerca da educação. As políticas educacionais têm exigido das escolas regulares espaços educativos e atendimento educacional especializado para atender as necessidades socioeducacionais e de aprendizagem dos alunos, buscando garantir acessibilidade, conforto, segurança e aprendizado real a todos, independentemente da idade, etapa, nível ou limitações.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) entende a Educação Especial como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” e estabelece que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. A Lei Nº 13.146 de 2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que trata sobre os direitos das pessoas com deficiência afirma que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida e afirma a disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio. De acordo com o documento, se entende de profissional de apoio escolar

peessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (LBI, 2015).

Dessa forma, considerando os aparatos legais que amparam a presença de um profissional de apoio junto à criança que apresenta alguma limitação física, mental, intelectual ou sensorial, esse trabalho se justifica diante da importância da atuação do cuidador escolar em salas regulares auxiliando os alunos com necessidades especiais em atividades rotineiras como locomoção, alimentação e higiene, além de auxiliá-los na execução de atividades que possibilitem sua inclusão e desenvolvimento em classe comum. Como objetivo geral pretende-se analisar a atuação do cuidador da criança com necessidades especiais considerando sua importância na inclusão de alunos em salas regulares. Como objetivo específico busca-se discutir as políticas da Educação Especial na perspectiva de uma escola inclusiva; a importância do profissional de apoio; listar as dificuldades encontradas por eles em sua atuação e possibilidades de seu trabalho, visando além da inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, seu pleno desenvolvimento em classes comuns.

Para tanto, além da revisão das leis que amparam a Educação Especial, será feito uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e quantitativa, no qual

cuidadores que atuam na rede pública do município de Iúna, prestando atendimento educacional as crianças público alvo da Educação Especial, responderam de forma voluntária a um questionário online, apontando os principais desafios e as possibilidades de sua atuação frente a educação inclusiva.

2.DESENVOLVIMENTO

2.1. Referencial Teórico

Por muito tempo na história as pessoas com deficiência eram vistas com preconceito e tinham seus direitos como cidadãos negados. Todos aqueles que eram diferentes e não se encaixam no padrão social, de alguma forma eram percebidos como anormais em diversos modelos de sociedade (FREIRE, 2019). Conforme Mendes e Piccolo (2012) durante o Império no Egito os deficientes eram submetidos a situações de ridicularização como forma de espetáculo para entretenimento. Essa prática se disseminou por outros lugares como em Roma e na Grécia Antiga. Em Esparta as crianças que nasciam com alguma deformidade eram jogadas do Monte Taigeto, a mais de 2.400 metros de altura por não serem tidos como normais (LOPES, 2013).

A imagem negativa sobre a pessoa com deficiência perdurou por muito tempo, onde eram constantemente rotulados como monstros, anormais, inúteis e incapazes. Essa visão sobre as pessoas com necessidades especiais começou a ser transformada após a revolução burguesa, por volta do século XV, quando a influência da monarquia absoluta decaiu, porém com o capitalismo mercantil só tinha valor quem podia desprender seus esforços físicos para geração de renda (DOMINGOS, 2005). As pessoas passaram a compreender que a deficiência era uma forma diferente de existir após a Revolução Francesa (FREIRE, 2019). Com o passar do tempo foram surgindo novas concepções acerca das limitações físicas e psicológicas acometidas por algumas pessoas e se tornou necessário a criação de políticas públicas que visam incluir as pessoas deficientes na sociedade com qualidade de vida e respeito com os mesmos direitos de qualquer outro cidadão.

No que tange à educação de pessoas com deficiência, ela era realizada de forma segregada em hospitais e instituições psiquiátricas mais com um viés terapêutico que educacional. Eles eram vistos e tratados de maneiras diferentes das de hoje, suas dificuldades e limitações faziam com que eles fossem impedidos de frequentar a sala regular e tinham seus atendimentos em escolas especializadas. Porém apenas oferecer atendimento em instituições especializadas não era de fato inclusão, eles eram apenas integrados¹.

Toda exclusão social de indivíduos com deficiências ou alguma necessidade especial é tão antiga quanto à socialização do homem. Toda vez que nos referimos ao tema integração ou inclusão social nos somos remetidos às pessoas com deficiência. Não são poucos entendem a integração de forma equivocada ao relacionarem este movimento como sinônimo de inclusão. Mesmo com o sistema de integração sendo muito criticado, principalmente pelo seu caráter

¹ O conceito de integração se referia à necessidade de modificar a pessoa com necessidades educacionais especiais, de maneira que esta pudesse vir a se identificar, com os demais cidadãos, para então poder ser inserida, associada, à convivência igualitária em sociedade. Integrar constituía localizar no sujeito o foco da mudança, e as reais dificuldades encontradas no processo de busca de "normalização" da pessoa com deficiência (HAMZE).

excludente, porque para haver integração é necessário que a pessoa com deficiência se adeque, se amolde para poder dar conta das exigências da sociedade. (SOUZA, 2019)

De acordo com a autora, muitas pessoas confundem o processo de integração com o de inclusão e os relacionam. Porém o conceito de integração tem a ver com modificar o indivíduo de maneira que ele possa ser inserido na sociedade. É um verdadeiro processo de seleção (SOUZA, 2019), onde as pessoas com deficiência são instruídas a se adaptarem ao movimento da sociedade. Consoante ela afirma que “é preciso excluir completamente do seio da sociedade toda atitude discriminatória para com todos os indivíduos que possuam diferenças e deficiências físicas, cognitivas ou psicossociais” (SOUZA, 2019).

A inclusão necessita da mobilização de toda a sociedade na construção de atitudes que permitam à pessoa com deficiência exercer os mesmos direitos com condições adaptadas a sua realidade. De acordo com Silva (2018) a comunidade tem que ser acolhedora e participativa, acolhendo as pessoas com deficiência em seu meio e sendo participativas no ambiente escolar. Para Garcia (2011) uma “sociedade inclusiva não poderia deixar de ser uma ‘sociedade amistosa com os outros’, aberta e acessível a todos, que acolhe e aprecia a diversidade humana e tenham oportunidades iguais.

Aix (2018) destaca a inclusão escolar como um dos pilares mais importantes para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, de forma que a escola respeite e acolha a diversidade e ajude assim a sociedade superar os preconceitos ainda existentes. Para ele assim é possível construir uma comunidade segura, livre, plural e solidária.

Na concepção de Batista (2021), a sociedade inclusiva é aquela que se adapta para todos, reconhecendo que a diferença é natural ao ser humano e, portanto, desenvolve o desenho universal², para que todos tenham condição de participar ativamente dos espaços sociais.

De acordo com o Censo Escolar de 2018 o número de matrículas de alunos especiais³ em salas regulares teve um aumento de 33,2% em relação a 2014 e, considerando apenas os alunos de 4 a 17 anos da educação especial, verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classe comum também vem aumentando gradativamente, passando de 87,1% em 2014 para 92,1% em 2018 (INEP, 2018). Em 2017 o número de matrículas na Educação Especial ultrapassou um milhão e, em 2018, chegou a 1,18 milhões, correspondendo a um aumento de quase 11% em apenas um ano (MEC, 2019). Consequentemente cresce a demanda de profissionais de apoio para dar suporte a esses alunos.

As políticas públicas deixam explícito que haverá atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). A LDB garante que, quando necessário, haverá serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades do aluno da Educação Especial tendo início na Educação Infantil e se estendendo ao longo da vida. Ela ainda assegura aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação currículos, métodos, técnicas,

² De acordo com a Lei 13.146/2015 se compreende como desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

³ Matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação em classes comuns (incluídos) ou em classes especiais exclusivas.

recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado e professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (LDB, 1996).

Porém, acordo com Lopes (2018), só ter legislações, políticas públicas e documentos que reconheçam a educação especial não é suficiente, é preciso buscar, avaliar e modificar a realidade da escola para garantir a efetiva inclusão dos alunos. Caso contrário o que aconteceria seria uma falsa inclusão, apenas para cumprir com a legislação. Somente matricular os alunos com necessidades especiais em escolas regulares não é incluir.

Nesse sentido Glat e Ferreira (2003) definem a inclusão como um processo que vai além da inserção dos alunos em salas regulares, é um processo que implica a participação de toda a escola

[...] o processo da inclusão tem uma amplitude que vai além da inserção de alunos considerados especiais na classe regular e de adaptações pontuais na estrutura curricular. Inclusão implica em um envolvimento de toda a escola e de seus gestores, um redimensionamento de seu projeto político pedagógico e, sobretudo, do compromisso político de uma reestruturação das prioridades do sistema escolar (municipal, estadual, federal ou privado) do qual a escola faz parte, para que ela tenha as condições materiais e humanas necessárias para empreender essa transformação (GLAT; FERREIRA, 2003, p. 30).

A Declaração de Salamanca (1994) trata a inclusão e a participação como elementos essenciais à dignidade humana e ao exercício da cidadania. A inclusão escolar busca promover um aprendizado com equidade nas oportunidades de acesso e permanência na escola por meio de ambientes favoráveis à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total dos alunos. Para que isso ocorra é necessário esforços não só dos professores e dos gestores da escola e sim uma mobilização de toda a comunidade escolar, incluindo os pais e os alunos no processo de construção de uma escola democrática e inclusiva a todos. Portanto, a inclusão é de responsabilidade compartilhada entre a escola e a sociedade.

A escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades (SEE, 2004)⁴. O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter (SALAMANCA, 1994, p. 5).

⁴ O livro A Escola faz parte da série Educação Inclusiva. Eles são importantes subsídios que abordam o planejamento da gestão da educação sobre diferentes enfoques como sobre o papel do município, o papel da escola e o papel da família a partir de uma fundamentação filosófica.

De acordo com Mrech se entende por educação inclusiva “o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais⁵ ou de distúrbios de aprendizagem⁶ em rede comum de ensino”. (MRECH, 2007, pág. 02).

Para Alves, Gotti, Griboski e Dutra (2006) a educação inclusiva é:

Uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com foco específico nas pessoas ou grupo de pessoas que estão excluídas da efetivação do direito à educação e que estão fora da escola ou enfrentam barreiras para participação nos processos de aprendizagem escolar (ALVES, et al., 2006, p. 9)

Portanto a escola se organiza em função das necessidades dos alunos dispondo de recursos humanos e materiais para suprir as deficiências, de forma que todos os educandos possam se desenvolver de acordo com suas potencialidades e garantir que o direito fundamental⁷ de acesso à educação seja garantido. É necessário que as escolas adotem métodos e práticas de ensino adaptadas às diferenças dos alunos que atende, contemplando a diversidade em sua estrutura arquitetônica, pedagógica e material.

De acordo com a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 2001, são considerados educandos com necessidades os que, durante o processo educacional, apresentarem:

- I - Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
- II – Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Dessa forma surge um novo agente escolar que exerce uma função muito importante dentro do contexto da inclusão de alunos especiais em salas comuns. Esse profissional pode ser nomeado de diversas formas como mediador escolar, acompanhante terapêutico, cuidador educacional, auxiliar de vida escolar, estagiário de inclusão, agente de inclusão, dentre outros (LOPES, 2018, p. 21) Apesar das várias titulações eles possuem atribuições semelhantes no que tange ao acompanhamento do estudante com deficiência zelando pela sua efetiva inclusão na escola. Nesse trabalho foi optado pela denominação cuidador escolar.

⁵ De acordo com Toledo (2017) o termo usado atualmente é “pessoa com deficiência”. As pessoas não portam uma deficiência porque não é algo que possa ser portado ou carregado ocasionalmente, como um documento de identidade ou um guarda-chuva. A deficiência é uma condição da própria pessoa.

⁶ São problemas que afetam a capacidade da criança de receber, processar, analisar e armazenar informações. Podem dificultar a aquisição, pela criança, de habilidades de leitura, escrita (ENCICLOPÉDIA, 2017).

⁷ O artigo 6.º da Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito fundamental de natureza social

Na legislação brasileira, a denominação desses profissionais também é apresentada de diversas formas (LOPES, 2018), como professores especializados (BRASIL, 2001), cuidador ou monitor (BRASIL, 2008), acompanhante especializado (BRASIL, 2012) e na Lei Brasileira de Inclusão (2015), o termo Profissional de Apoio é retomado.

O inciso XIII do Artigo 3 da Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) considera o profissional de apoio escolar a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária (BRASIL, 2015).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPI) de 2008 afirma que cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial disponibilizando instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (BRASIL, 2008).

A Lei nº 12.764 de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista afirma que em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, terá direito a acompanhante especializado (BRASIL, 2012).

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006) também traz considerações interessantes sobre o cuidador escolar, porém a nomenclatura usada se refere a apoio individualizado e efetivo a fim de maximizar desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena (ONU, p.54).

Para Silva (2018) o papel do cuidador escolar se remete a palavra cuidar visto que ele está em função do aluno, promovendo equidade e as adaptações necessárias para o aluno com deficiência.

O exercício de sua função não é especificado em lei, pois há a carência de um documento que regulamente essa profissão. Nesse sentido fica a par dos municípios e dos Estados a criação de suas diretrizes de contratação e a definição das atribuições do cuidador escolar. Evidencia-se a autonomia que os municípios possuem na elaboração dos documentos, por ausência de um padrão e de normas mais claras e definidas que norteiam essa prática (LOPES, p. 22). Como exemplo pode-se observar o regime de contratação de cuidadores no município de Lúna, ES para suprir as demandas dos alunos com necessidades educativas especiais. De acordo com a Lei 10/2017 que estabelece as hipóteses de contratação por designação temporária do cuidador escolar no município em questão, compete a esse profissional o acompanhamento no ambiente escolar, dentro e fora da sala de aula, do aluno com deficiência (Lúna, 2017). Suas atribuições são de:

1. Acompanhar e auxiliar aluno da rede municipal de ensino com deficiência severa que comprometa o desenvolvimento das atividades rotineiras, zelando para que tenha suas necessidades básicas fisiológicas e afetivas satisfeitas, fazendo por ele somente as atividades que não consiga fazer autonomamente;
2. Atuar como elo entre o estudante assistido, a família e a equipe da escola;

3. Escutar, estar atento e ser solidário com a pessoa cuidada;
4. Auxiliar nos cuidados e hábitos de higiene;
5. Estimular e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares saudáveis;
6. Auxiliar na locomoção;
7. Realizar mudanças de posição para maior conforto da pessoa;
8. Comunicar à equipe da escola sobre quaisquer alterações de comportamento da pessoa cuidada;
9. Acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas da pessoa com deficiência durante a permanência na escola. (IUNA, 2017).

Fica evidente na proposta de contratação do cuidador escolar da cidade de Iúna que sua responsabilidade é de acompanhar e auxiliar a criança com deficiência na realização de atividades que ela não é capaz de realizar sozinha e zelar pela sua segurança, alimentação e locomoção. Ele deve também ter um olhar atento sobre o aluno, buscando identificar possíveis alterações em seu comportamento e construir uma ponte entre o aluno, a família e a escola.

Esse profissional supri a falta de disponibilidade do professor em atender as peculiaridades do educando, considerando que a sala de aula é composta por vários alunos que possuem diferentes níveis de aprendizagem, ele trabalha em parceria com o professor para garantir que o aluno com deficiência possa se desenvolver ao máximo junto com seus colegas de classe respeitando suas barreiras naturais. Ele será um diferencial fundamental para o desenvolvimento da criança com necessidades especiais, já que ele o acompanhará em todas as situações durante a permanência do aluno na escola, contribuindo na execução das atividades que o aluno não consegue fazer sozinho e cuida para que o aluno seja de fato incluído zelando pela sua participação e convivência com os demais estudantes.

2.2. Metodologia

Em relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa pode ser classificada como pesquisa de campo, que segundo Gonçalves (2001, pág. 65), “é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto”. Gil (2008) descreve como um estudo que procura o aprofundamento de uma realidade específica, sendo realizada por meio de observação direta das atividades dos grupos estudados.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, que é definida por Denzin e Lincoln (2006) como uma abordagem interpretativa do mundo, onde os pesquisadores estudam um objeto, buscando compreendê-lo melhor. Guedes (2017) afirma que a pesquisa de campo do tipo quantitativo-descritiva “consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave”. Nessa abordagem pode ser utilizado diferentes técnicas como entrevistas, questionários, formulários etc., e empregam procedimentos de amostragem (GUEDES, 2017).

Para o este estudo foi escolhido a aplicação de um formulário virtual criado através do *Google docs*. (formulários google) e foi optado pela técnica de amostragem intencional, dirigida aos cuidadores que atuam nas Unidades de Educação Infantil e nas escolas de Ensino Fundamental Anos Iniciais na cidade de Iúna (ES), prestando atendimento educacional às crianças público alvo da Educação Especial. Essa

ferramenta utilizada para a coleta de dados de acordo com Mota (2019) possui algumas características que o torna útil em atividades acadêmicas, dentre elas pode-se destacar o acesso em qualquer local e horário, agilidade na coleta de dados e análise dos resultados, facilidade de uso, praticidade em organizar as respostas em gráficos e tabelas o que facilita a análise de dados, entre outros benefícios. Para a pesquisa, o formulário foi enviado a um grupo de uma rede social composta por todos os cuidadores do município, no qual, 18 deles aceitaram voluntariamente compartilhar sobre suas experiências vividas e concepções sobre o exercício de sua função.

Considerando a definição de observação participativa como sendo “uma técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade” (MARCON; ELSEN, 2000), pode atribuí-la a este trabalho, pois o autor pesquisador faz parte do grupo pesquisado e ocupa o cargo de cuidador escolar na instituição deste 2020. Nesse caso, o pesquisador já se encontra inserido no contexto pesquisado por um longo período de tempo, e compreende as dimensões do tema pesquisado.

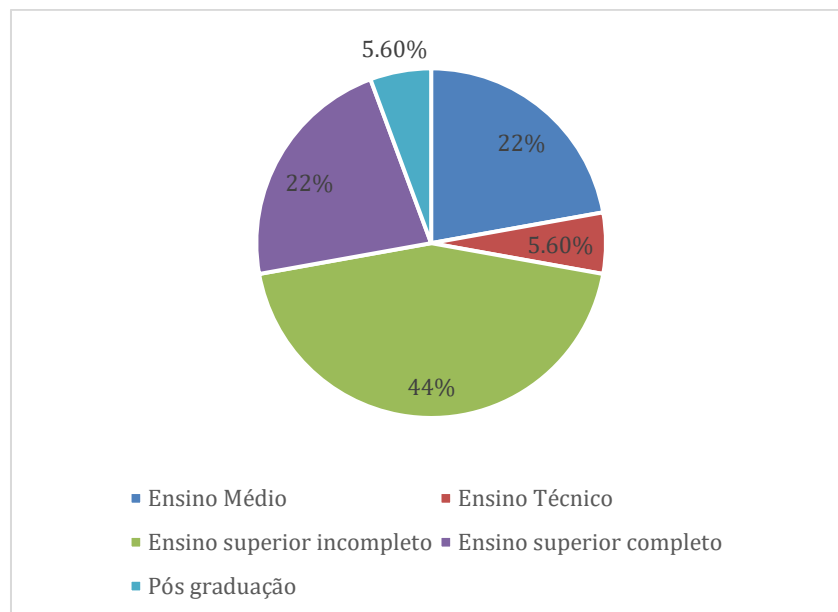
Buscou-se através do questionário identificar como os cuidadores escolares reconhecem suas atribuições, seu nível de formação, seu tempo de serviço, conhecimento sobre o CID do aluno que acompanha, o nível de participação na realização das atividades pedagógicas, as principais dificuldades em seu trabalho, e quais estratégias e ações são feitas por eles para contribuir com o aprendizado e desenvolvimento do aluno. As respostas obtidas pelo formulário foram analisadas, organizadas e dispostas em gráficos e quadros para permitir melhor entendimento sobre os fenômenos.

2.3 Discussões de Resultados

A pesquisa realizada para este trabalho foi feita através de um formulário online que foi enviado no grupo de uma rede social composta por 76 membros que atuam nas escolas municipais de Lúna, ES. O formulário ficou aberto a respostas dos dia 20 de outubro ao dia 01 de novembro. Ao total, 18 cuidadores responderam voluntariamente a pesquisa e contribuíram para trazer à tona considerações importantes sobre o perfil do cuidador escolar no município e o trabalho desenvolvido por esses profissionais.

A pesquisa mostrou que dos 18 cuidadores apenas um é do sexo masculino e a média de idade entre eles é de 27,8 anos. Quanto ao nível de formação desse grupo, é possível observar através do gráfico que todos tem o ensino básico completo, já que este é o requerimento mínimo de escolarização para o cargo e que 94,4% está cursando ou já concluiu graduação.

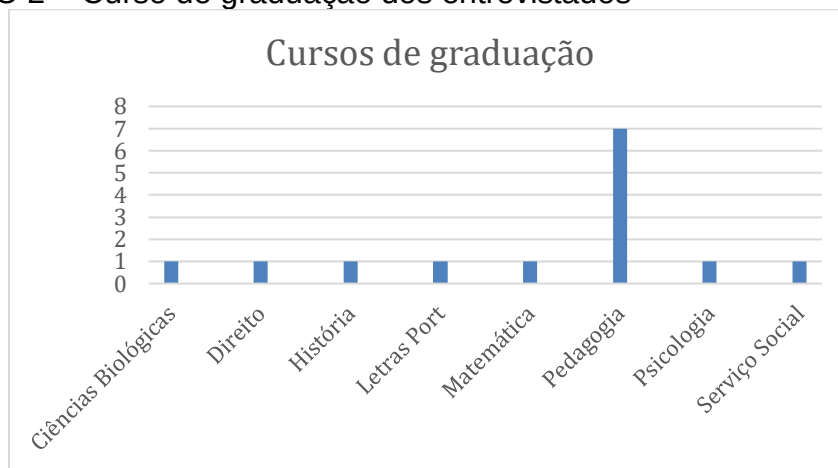
GRÁFICO 1 - Nível de escolarização dos entrevistados



Fonte: dados da pesquisa

Para compreender melhor o perfil desses profissionais buscou-se identificar quais são os cursos de graduação cursados por eles. Dentre os cursos escolhidos pelos entrevistados temos: Ciências Biológicas, Direito, História, Letras Português, Matemática, Pedagogia, Psicologia e Assistência Social. Outras 4 pessoas não quiseram responder. O gráfico 2 mostra melhor essa distribuição.

GRÁFICO 2 – Curso de graduação dos entrevistados



Fonte: dados da pesquisa

É possível observar que quase todos os cuidadores que responderam à pesquisa são formados ou estão cursando alguma licenciatura, sendo que 7 deles são do curso de Pedagogia. Muitos dos cuidadores demonstram interesse na área da educação e o trabalho com a criança com necessidades especiais os colocam próximas da realidade vivida em sala de aula, podendo contribuir para o surgimento de uma vocação para a Educação Especial. No município de Lúna, os requisitos para o cargo de cuidador são Ensino Médio completo e curso livre na área da Educação Especial de no mínimo 80h. Com isso se garante que este profissional tenha os conhecimentos básicos sobre as deficiências físicas e os transtornos que podem prejudicar o desenvolvimento escolar do aluno.

Foi perguntado aos participantes a quanto tempo eles exercem a função de cuidador escolar, 16,7% disseram estar no primeiro ano acompanhando a criança especial em sala regular, 33,6% deles afirmaram já estar na profissão a aproximadamente 1 ano e 5 meses, 11,1% disseram que atuam como cuidadores a mais de 2 anos, 22,4% a 3 anos e 16,7% trabalham na área a mais de 4 anos.

É possível observar que muitos dos profissionais que atuam como cuidadores estão na carreira a mais de um ano e tem experiência na área. Isso se dá pelo fato de no município pesquisado, todos os anos é feito processos seletivos de caráter temporário para suprir as crescentes demandas da Educação Especial. Dessa forma, anualmente à contratação de cerca de 60 cuidadores que atuam nas unidades de educação infantil e nas escolas de ensino fundamental anos iniciais do município.

Quanto as atribuições dos cuidadores, 94,4% afirmaram conhecer suas atribuições e apenas 5,6% disseram conhecer parcialmente. A Lei Complementar nº 10/2017 estabelece as hipóteses de contratação por designação temporária de professores eventuais e cuidadores no município e traz em seu anexo único as atribuições específicas dos cuidadores. Também é possível identificar suas funções a partir do último edital para contratação de cuidadores publicado em 2020, nele é exposto que as atribuições são “acompanhar e auxiliar aluno da rede municipal de ensino com deficiência, zelando para que tenha suas necessidades básicas fisiológicas e afetivas satisfeitas, fazendo por ele somente as atividades que não consiga fazer autonomamente” (Lúna, 2020).

Além dos cuidadores conhecerem suas atribuições é muito importante que eles conheçam também o CID⁸ do aluno que acompanham. Quando esses agentes da inclusão reconhecem as limitações do aluno é possível que eles desenvolvam atividades mais próxima de sua realidade, sem forçar um aprendizado mecânico e ineficiente. Nesse tangente, quando foi perguntado aos entrevistados se eles conheciam o CIDs dos alunos que atendem 100% afirmaram que sim. Dessa forma é de se esperar que eles tenham familiaridade com os tipos de deficiência física, intelectual e transtornos de aprendizagem.

Buscou-se também identificar a percepção dos cuidadores sobre a importância do seu trabalho. Para isso eles foram questionados se consideram seu trabalho importante. Para facilitar a análise dos resultados foram selecionadas seis das dezoito respostas obtidas, elas foram organizadas em gráfico de acordo com o seu argumento.

QUADRO 1 - Você considera seu trabalho importante?

Cuidadores 1 e 2	Sim, pois possibilita que os alunos com necessidades educacionais especiais possam acompanhar o aprendizado da turma tendo com ele um cuidador para lhe dar mais atenção no seu ensino e aprendizado. Sim, é através dele que muitos alunos podem se desenvolver com um cuidado correto para suas necessidades.
------------------	---

⁸ A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) é um registro estatístico que reúne e organiza as mais diversas doenças e sintomas conhecidos pelo homem em grupos ou categorias. O objetivo é padronizar a nomenclatura e criar códigos para as enfermidades, o que permite uma melhor comunicação e entendimento entre os diferentes profissionais da saúde (Morsch, 2020).

Cuidadores 3 e 4	Sim, o cuidador exerce um trabalho muito importante ao auxiliar o aluno com necessidades educativas especiais contribuindo positivamente para seu desenvolvimento e processo de inclusão. O trabalho do cuidador é sim muito importante, não apenas no que tange aos cuidados de alimentação, mobilidade ou necessidades fisiológicas. O traslado de experiências e a intermediação entre aluno e professores ou aluno e colegas de classe é o maior valor.
Cuidador 5	Extremamente, faço a ponte entre o professor e o aluno, oriento na realização das atividades estimulando o aprendizado e entendimento do que é proposto.

Fonte: dados da pesquisa

Todos os cuidadores que responderam à pesquisa concordaram que sua função é muito importante para o desenvolvimento do aluno. Eles demonstraram perceber que o acompanhamento da criança com deficiência permite que ela se desenvolva melhor e contribui positivamente para o processo de inclusão.

Para os participantes 1, 2, 3 a importância do cuidador em sala regular se dá pela possibilidade de acompanharem a realização das atividades do aluno, identificando suas dificuldades, dando suporte e atenção especial. Nesse sentido, o cuidador é capaz de suprir a falta de disponibilidade do professor, já que este pode encontrar dificuldade em atender uma turma grande e heterogênea e o aluno com necessidades especiais.

O cuidador 4 enxerga a inclusão para além das suas funções que tange a locomoção, alimentação e necessidades fisiológicas. Para ele, o processo de intermediação com os professores e os alunos é de grande valor na inclusão. Mesquita (2019) em um artigo publicado no portal do governo de Amapá, traz a fala da gerente do NEES/SEED⁹ Cristiane Barbosa que afirma que o apoio dos cuidadores escolares é fundamental para a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares. Ela destaca que a inclusão só é efetiva quando há um tripé: o acesso à escola, a permanência na unidade e a aprendizagem. Dessa forma, é ratificado o entendimento dos cuidadores participantes ao destacar o papel fundamental referente ao suporte na inclusão do aluno com deficiência, sua permanência na unidade de ensino e a garantia de desenvolvimento.

A cuidadora 5 destaca que é muito importante o apoio da equipe pedagógica e da família para contribuir com o processo de inclusão do aluno. A equipe pedagógica tem uma função fundamental na gestão dos cuidadores e professores os auxiliando e orientando suas atividades, organizando reuniões pedagógicas e fortalecendo o vínculo da família e escola. Tezani (2004) afirma que a gestão escolar é muito mais do que uma técnica, cabe a ela incentivar a troca de ideias, a discussão, a observação, as comparações, os ensaios e os erros. Portanto, ela colabora com a inclusão por meio da interação e troca de experiência com os professores e demais funcionários. É necessário que todos os funcionários tenham ciência e estejam aptos a lidar com as diferenças do aluno.

⁹ NESS refere-se ao Núcleo de Educação Especial do Amapá e SEED à Secretaria de Estado da Educação do Amapá

A família também tem um papel decisivo no desenvolvimento do aluno, pois ela é um ambiente que produz e gera a construção da identidade social individual da criança (MARQUES, 2020). Ela precisa acompanhar todo o processo de aprendizagem da criança, sendo essencial o diálogo entre ela e o cuidador, assim é possível identificar qualquer barreira ou impedimento que possa desestimular o aluno na escola.

Das 17 respostas obtidas com o questionamento se o aluno que o cuidador acompanha precisa de atividades adaptadas mostrou que 64,7% dos alunos precisam de atividades adaptadas e 35,3% não. Foi a ferramenta de escala linear no questionário no qual o participante deveria atribuir o número 1 para concordo plenamente e o número 5 para discordo totalmente. Os gráficos ilustram as perguntas e as respostas dos participantes:

GRÁFICO 4- Participação do cuidador na escolha dos matérias didáticos do aluno.

Eu participo das escolhas do material didático do aluno que atendo.
17 respostas

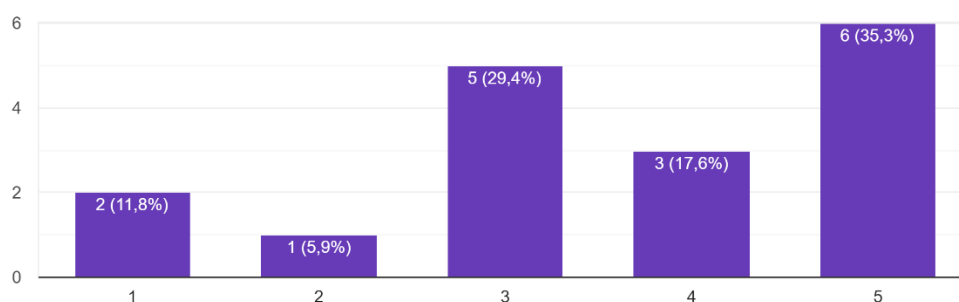


GRÁFICO 5 – Comunicação dos cuidadores com o professor

Mantenho o professor informado sobre as dificuldades e as conquistas do aluno.
18 respostas

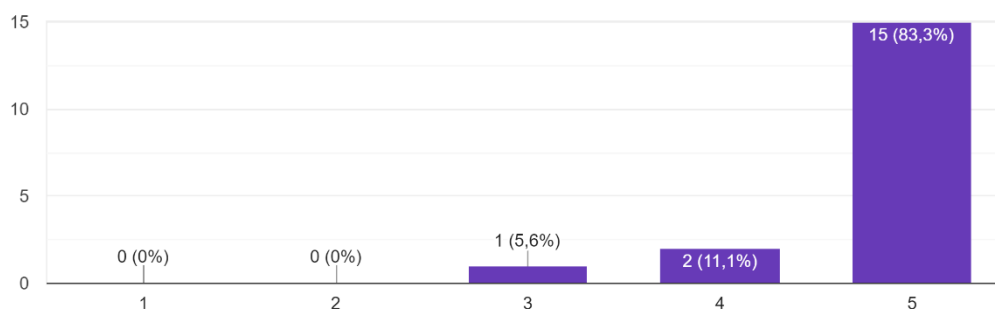
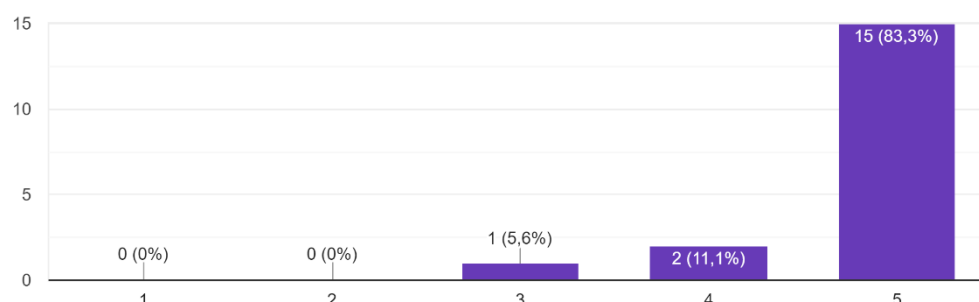


GRÁFICO 6 – Motivação dos alunos

Eu busco por meios de motivar e melhorar o aprendizado do aluno.

18 respostas



Fonte: dados da pesquisa

De acordo com o gráfico 4 é possível perceber que apenas 17,7% dos cuidadores discordaram que participam do processo de escolha das atividades adaptadas, 29,4% disseram participar razoavelmente e 35,3% disseram ter participação total.

No gráfico 5 buscou-se identificar qual é o grau de comunicação dos cuidadores com os professores regentes da turma. De acordo com ele 83,3% afirmaram que mantém diálogo com o professor sobre os avanços e as dificuldades dos alunos. Mesmo que o cuidador possua conhecimentos pedagógicos, é fundamental que ele comunique o professor antes de tomar qualquer iniciativa referente a troca de material didático ou adaptação de atividades. Essa função deve ser feita pelo professor, pois é ele que possui formação docente para tal. O cuidador por passar mais tempo com a criança consegue identificar obstáculos no processo de aprendizagem do aluno, devendo ele informar ao professor sobre esses obstáculos e dificuldades.

O gráfico 6 mostra que 83,3% dos cuidadores buscam por diferentes estratégias e meios de motivar o aluno. Para que o aluno com deficiência aprenda melhor ele deve ser constantemente motivado através de estratégias e atividades lúdicas diversificadas, que o coloque em situações desafiadoras. De acordo com Dutra “quando a criança é motivada pelo prazer, ela se envolve mais facilmente nas atividades e, conseqüentemente, fica à disposição para aprender” (Dutra, 2013).

Para identificar quais são as estratégias que os cuidadores pesquisados usam para motivar o aprendizado do aluno foi solicitado que eles falassem um pouco sobre o assunto. As respostas que se destacaram foram organizadas em tabela.

QUADRO 2 – Estratégias para melhorar o aprendizado do aluno

Cuidador 1	Trabalho com o lúdico e dando grande atenção a explicação do conteúdo, incentivando sempre o aluno a terminar e entender todos os exercícios e as vezes criando mais exemplos para que o aluno entenda o conteúdo.
Cuidador 2	Pesquiso métodos e ferramentas para melhorar a assimilação de ambos, procuro usar jogos e brincadeiras. Funciona.

Cuidador 3	Materiais lúdicos e apostilas adaptadas.
Cuidador 4	Atividades com material concreto para realização de operações matemáticas, utilizamos bolinhas para contar por exemplo.
Cuidador 5	Atividades lúdicas, externas, espelhando sempre dentro do currículo pedagógico e trazendo para o seu cotidiano, trabalho com matérias e texturas, musicalidade, entre outras.
Cuidador 6	Uso vídeo educativos, aplicativos educativos, jogos, tarefas de acordo com seu nível de aprendizagem, etc.
Cuidador 7	Jogos, quebra cabeças, massinha de modelar, atividades com barbante para ativar a criatividade.
Cuidador 8	Jogos, lápis jumbo, livros sensoriais, entre outros.

Os cuidadores mostraram em suas respostas que realizam atividades lúdicas para contribuir com o aprendizado do aluno. Os jogos e as brincadeiras fazem parte do mundo da criança, é por meio deles que a criança explora o ambiente e desenvolve variados aspectos como o físico, emocional, cognitivo, etc. De acordo com KISHIMOTO (1999) “o lúdico é um recurso do qual o mediador pode fazer uso para ajudar as crianças na aprendizagem a se tornarem sujeitos pensantes, participativos e felizes”.

A busca por conhecimento é algo fundamental para um bom profissional, o cuidador 2 afirma que pesquisa métodos e ferramentas para melhorar a aprendizagem do aluno, que usa jogos e brincadeiras e que essas ações tem gerado resultado. De fato, a teoria aliada a prática gera resultados positivos para o aluno. O brincar não deve ser apenas por brincar, ele deve ter uma função pedagógica de forma a enriquecer o processo de aprendizagem da criança.

A cuidadora 4 destacou uma estratégia que ela usa com o aluno que acompanha relacionada a disciplina de matemática. Ela afirma que usa de materiais concretos que podem ser manipulados pelo aluno para o ajudar a compreender questões matemáticas, ela exemplifica que pode ser feito com bolinhas de papel. Outra forma muito comum é a manipulação de lápis de cor.

A cuidadora 5 afirma que realiza atividades lúdicas em ambientes externos e busca utilizar materiais com diferentes texturas. Já o cuidador 6 disse usar de algumas ferramentas tecnológicas como vídeos educativos e aplicativos educativos de acordo com o nível em que o aluno se encontra.

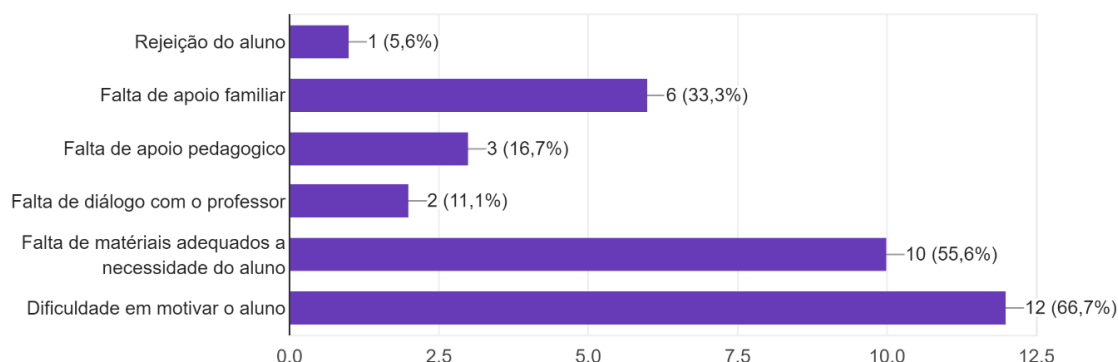
A compreensão do lúdico como ferramental de ensino ficou muito presente na fala dos entrevistados, todos relataram que usam atividades lúdicas, materiais concretos, livros sensoriais, música, quebra-cabeça, etc., para favorecer e estimular a aprendizagem do aluno com deficiência.

Para identificar quais são as maiores dificuldades ao se trabalhar com alunos especiais foi solicitado aos cuidadores que selecionassem quais opções mais se compara com sua realidade.

GRÁFICO 5 – Maiores dificuldades dos cuidadores na inclusão

Quais são as suas maiores dificuldades em sua atuação?

18 respostas



Como é possível observar no gráfico 5, 66,7% dos cuidadores disseram que a maior dificuldade é motivar o aluno. Para Camargo (2019) a motivação é uma chave para a educação, a sua ausência representa queda de qualidade na aprendizagem. O aluno se motivado da maneira correta aprende com mais facilidade e alegria. Camargo (2019) que citou Machado (2012) afirma que quem é julgado incompetente e incapaz de aprender sente em toda atividade desespero e medo. Eles necessitam de uma orientação que inclua estímulos sócios afetivos que favorece o autoconhecimento, a autoestima, a construção da identidade pessoal, entre outros.

A segunda maior dificuldade aponta pelos cuidadores é a falta de materiais adaptados aos alunos com deficiência. Cerqueira e Ferreira (2000) tocam em um ponto crucial ao afirmar que, “em nenhuma outra forma de educação os recursos didáticos assumam tanta importância como na educação especial de pessoas deficientes” (p.24). O uso de matérias pedagógicos adaptados a deficiência da criança ajuda no desenvolvimento de aspectos que as atividades convencionais poderiam não explorar a fundo. A utilização de meios variados como recursos pedagógicos, mobiliário adaptado e estratégias adequadas motiva o aluno a aprender.

A falta de apoio familiar também é presente na percepção de 33,3% dos cuidadores. A família é indispensável para um bom desenvolvimento do aluno. Os pais, professores e cuidadores precisam desenvolver espírito de parceria, pois ambos compartilham um dever com a criança com deficiência. LOPES e MARQUEZAN demonstra isso ao afirmar que

Os pais precisam estar conscientes e mobilizados para participar, apoiar, trabalhar em conjunto, com união e harmonia. Devem também cuidar para que não haja, em relação ao filho com necessidades especiais, superproteção, posto que está em pouco ou nada contribuirá para o desenvolvimento da autonomia da pessoa (LOPES, MARQUEZAN 2000).

A falta de apoio pedagógico (16,7%), falta de diálogo com o professor (11,1%) e rejeição do aluno (5,6%) também foram citados pelos cuidadores. O apoio pedagógico que oriente e direcione o professor e o cuidador é muito importante para a efetivação da inclusão, pois a parceria e colaboração de todos os profissionais criam um ambiente mais democrático que considera diferentes pontos de vista, métodos de ensino e outros meios em prol da melhoria da qualidade de ensino. Os profissionais

que mantém um diálogo aberto sobre o desenvolvimento do aluno são capazes de identificar possíveis falhas no processo de ensino e assim buscar por formas e estratégias que potencialize o aprendizado do aluno. Muitas vezes em que o aluno parece não aprender, ele na verdade só precisa de estímulos diferentes, como os dos jogos e brincadeiras pra o motivar e tornar a aprendizagem mais divertida e leve.

3. CONCLUSÃO

Como foi visto na pesquisa o cuidador escolar desenvolve um trabalho muito importante no que tange a inclusão e ao desenvolvimento do aluno com deficiência em sala comum. Ficou claro que os cuidadores entrevistados reconhecem a importância de seu trabalho junto ao professor no desenvolvimento de atividades adaptadas a realidade do aluno especial.

Os objetivos propostos pelo trabalho foram alcançados, pois foi possível identificar a compreensão dos cuidadores sobre suas atribuições, as principais dificuldades em seu trabalho e estratégias usadas por eles para efetivar a inclusão e a aprendizagem do aluno.

Foi possível perceber que dentre as maiores dificuldades do desenvolvimento do seu trabalho se da pela dificuldade em motivar o aluno, a falta de materiais didáticos adaptados a realidade da criança e a falta de apoio da família e da equipe pedagógica.

Dessa forma, conclui-se que o cuidador é um agente fundamental para a inclusão dos alunos, pois este profissional exerce funções indispensáveis ao acompanhar o aluno especial desde a sua chegada até a saída da escola, oferecendo apoio na locomoção, alimentação e higiene básica além de auxiliar na realização das atividades propostas pelo professor. Para que o aluno com deficiência aprenda ele precisa ser constantemente motivado por meio de atividades lúdicas como jogos e brincadeiras além do uso de recursos adaptados para as suas limitações sejam elas físicas ou psicológicas.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. O.; GOTTI, M. O.; GRIBOSKI, C. M. & DUTRA C. P. Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado/ Brasília/ Brasil: (Ministério da Educação), **Secretaria de Educação Especial**. 2006.

AIX, sistema. **Entenda qual é o papel do profissional de apoio na educação inclusiva**. Disponível em: <https://educacaoinfantil.aix.com.br/o-papel-do-profissional-de-apoio-na-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 29 de set de 2021.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Por uma sociedade inclusiva: Por que ainda temos que discutir a inclusão de pessoas com deficiência?** Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniaio/artigos/por-uma-sociedade-inclusiva-1.2518745>. Acesso em: 02 de nov. de 2021.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 30 set 2021.

BRASIL, Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dez. de 1990.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 06 de nov. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em 06 de nov. 2021

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, 14 de setembro de 2001.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9.394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.ht. Acesso em 25 de set. 2021.

BRASIL. SEESP/ GAB. **Nota Técnica nº 19, de 08 de setembro de 2010**.

CAMARGO, Carmen A. C. M. **A importância da motivação no processo ensino-aprendizagem**. Revista ThemaDOI, 2019.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, M. A. **Os recursos didáticos na educação especial**. Rio de Janeiro: Revista Benjamin Constant, nº 5, dezembro de 1996. p.15-20

CONSELHO Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

CONSTITUIÇÃO, Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DOMINGOS, Marisa Aparecida. **A escola como espaço de inclusão: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais** –Belo Horizonte, 2005.

DUTRA, Lenice R. **A utilização do lúdico como ferramenta pedagógica para a alfabetização e letramento**. Disponível em <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/utilizacao-ludico-como->

ferramenta-pedagogica-para-alfabetizacao-letramento.htm. Acesso em 06 de nov. 2021.

FREIRE, Kátia M. de A. Acessibilidade e inclusão: A importância do cuidador de crianças com deficiência física na escola. **Race- Revista de Administração**. SSN 1806-0714, v. 4, ano 2019.

GARCIA, Vera. **Em Busca de uma Sociedade Inclusiva: Papel da Sociedade e do Governo**. Disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/em-busca-de-uma-sociedade-inclusiva.html>. Acesso em: 28 de set. 2021.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. GONÇALVES, Elisa Pereira. Iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: **Editora Alínea**, 2001.

GLAT, R. e Duque, M. A. Convivendo com filho especial: o olhar paterno. Rio de Janeiro: **Editora Sette Letras**. 2003, p.33.

Guedes Ivan Claudio. **Pesquisa de campo metodológica**. Disponível em <https://www.icguedes.pro.br/pesquisa-de-campo-metodologia/>. Acesso em: 24 de out. 2021.

HAMZA, Amelia Brasil. **Escola Integração ou inclusão**. Disponível em: <https://educador.brasile escola.uol.com.br/trabalho-docente/integracao.htm>. Acesso em: 01 de nov. 2021.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2018**. Brasília: MEC, 2018.

KISHIMOTO, Tizuko M. Jogos, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: LM Mrech - **Revista Integração**, 1998.

LOPES, Gustavo Casimiro. O preconceito contra o deficiente ao longo da história. EFDeportes.com, **Revista Digital**. Buenos Aires, Año 17, Nº 176, Enero de 2013.

LOPES, Mariana Moraes. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar**, São Carlos, 2018. Disponível em: <file:///C:/8%20períodos/Artigos%20TCC/LOPESMariana2018.pdf>. Acesso em 17 set. 2021.

LOPES, Renato P. V., MARQUEZAN, Reinoldo. O envolvimento da família no processo de integração/inclusão do aluno com necessidades especiais. **Cadernos: edição**: Nº 15, 2000.

MACHADO, Amélia Carolina Terra Alves et al. Estilos motivacionais de professores: preferência por controle ou por autonomia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.32, n.1, p.188-201, 2012.

MARCON, Sonia Silva; ELSEEN, Ingrid. Estudo qualitativo utilizando observação participante - análise de uma experiência. **Acta Scientiarum**, v. 22, n. 2, p. 637-647, 2000.

MEC, 21 de março de 2019. **Cresce a cada ano o número de crianças atendidas pela educação especial no Brasil.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/222-noticias/537011943/74371-cresce-a-cada-ano-o-numero-de-criancas-atendidas-pela-educacao-especial-no-brasil?Itemid=164>. Acesso em 17 set. 2021.

MEC, Secretaria de Educação Especial. **A escola, Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**, Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>. Acesso em 20 set. 2021.

MEC, Série Educação Inclusiva - **Referências para Construção dos Sistemas Educacionais Inclusivos.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/192-secretarias-112877938/seesp-esducacao-especial-2091755988/12646-serie-educacao-inclusiva-referencias-para-construcao-dos-sistemas-educacionais-inclusivos>. Acesso em: 22 de set. 2021.

MRECH, Leny Magalhães. O que é educação inclusiva? **Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**. 2010.

MENDES, Enicéia Gonçalves; PICCOLO, Gustavo Martins. Nas pegadas da história: tracejando relações entre deficiência e sociedade. **Revista Educação Especial**. Vol. 25, nº 42 p. 32. Jan/abr. 2012.

MESQUITA, Caroline. **Cuidadores escolares são capacitados para atendimento a alunos com deficiência.** Amapá, 2019. Disponível em: https://www.amapa.gov.br/ler_noticia.php?slug=1605/cuidadores-escolares-sao-capacitados-para-atendimento-a-alunos-com-deficiencia. Acesso em: 05 de nov. 2021.

MORSCH, José Aldair. **Como pesquisar no CID: a importância e os principais códigos.** Disponível em: <https://telemedicinamorsch.com.br/blog/classificacao-internacional-de-doencas>. Acesso em: 01 de nov. 2021.

MOTA, Janine da Silva. Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação** v.6, n.12 – 2019.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.** Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos>. Acesso em: 15 de set. 2021.

SALAMANCA, Declaração. Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília: **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**, 1994.

SILVA, Sayonara Meireles. **Educação inclusiva: a importância do cuidador escolar no acompanhamento do educando com deficiência.** Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14174>. Acesso em 29 set. 2021.

SOUZA, Fabyana. Educação para todos sob a ótica da inclusão escolar: exigências e diretrizes. **Escola Brasil.** Disponível em: https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/fabiana-souza-araujoeducacao-para-todos-sob-otica-inclusao-escolar-exigencias-diretrizes.htm#indice_9. Acesso em: 29 de set. 2021.

TOLEDO Tatiana, **Qual o termo correto: portador de deficiência, pessoa com deficiência ou portador de necessidades especiais?** Ouro Preto, 2017. Disponível em <http://www2.ouropreto.ifmg.edu.br/news/qual-o-termo-correto-portador-de-deficiencia-pessoa-com-deficiencia-ou-portador-de-necessidades-especiais> Acesso em: 22 de set. 2021.